### Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. - CNPJ/MF 11º 14.863.121/0001-71

Relatório da Administração 2024: Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir relatório das principais atividades nanceiramente, obtendo o resultado previsto em leilão e distribuindo dividendos aos acionistas desde o ano de 2016 no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Fluxo de Caixa, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29/12/2011 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/2011 da ANEEL, ocorrido em 16/12/2011. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, sendo concluída em 2015. Também em 2015 foi concluída a implantação do reforço autorizado pela ANEEL em 2013 (ReA 4289/2013). Ao longo do ano de 2016, com a conexão da Distribuidora CELG-D (Enel Distribuição Goiás) às subestações Luziânia e Niquelândia, a Sociedade concluiu a fase de implantação do Empreendimento, tendo o ONS emitido os Termos de iberação Definitivos para ambos os projetos (Leilão 06/2011 lote H e ReA 4289/2013). Também foram finalizados ocorrida no ciclo 2017/2018, conforme Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL e Resolução Homologatória nº 2.258/2017, de 20/06/17, sendo identificada uma redução de 6,9% da RAP. Em 2018 o pleito de prorrogação do contrato de concessão da LNT foi deferido pela ANEEL. Dessa forma, o Contrato de Concessão nº 010/2012 foi prorrogado por 115 dias ao período original, diante da ausência de culpabilidade pelos atrasos ocorridos no cronograma do empreendimento. Também foi autorizado pela Caixa Econômica, a distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido dos exercícios anteriores. Em 2018 a LNT, de acordo com o mercado e sugestão dos auditores, adotou o procedimento de reconhecer o investimento de acordo com as premissas do pronunciamento 47 do CPC (IFRS 15), esta mudança gerou a alteração do Ativo financeiro para Ativo de contratos com redução do valor contábil, que foi reconhecida no Pătrimônio Líquido de 2018. Em 2019 foi realizada uma auditoria dos contratos de Operação e Manutenção, e constatado que os contratados estão realizando todos os procedimentos de forma correta a atender os requisitos exigidos pela ANEEL. Em 2019 a LNT concluiu seu primeiro projeto de P&D, desenvolvido em parceria com outras 3 SPE's do Grupo State Grid, sua acionista majoritária. Este projeto encontra-se devidamente auditado e foi submetido à aprovação da ANEEL. No exercício de 2020 a Companhia adotou as orientações e procedimentos previstos no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 emitido em 01/12/2020. O Ofício teve como objetivo equalizar as demonstrações financeiras de todo o mercado de acordo com os segmentos impactados pela adoção do CPC 47 em 2018. E, desta forma, indicou premissas a serem adotadas para que fossem feitos os recálculos dos rendimentos e receitas de construção e Operação e manutenção, com base na Taxa Interna de Retorno projetada na ocasião do leilão, e as variações ém função dos valores realizados passaram a ser reconhecidos anualmente e não mais deferidos ao longo de todo o prazo do contrato, como ocorria anteriormente. A adoção das premissas no Ofício da CVM que implicou no recálculo do principal ativo da Companhia, o Ativo de Contrato, ocasionou a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras do exercício de 2020. Considerando a relevância dos valores ajustados, os valores foram registrados ão longo do exercício. Em regra geral, as premissas adotadas conforme o Ofício, vieram a recompor o saldo do Ativo de Contrato que foi severamente reduzido em 2018 quando da adoção do CPC 47. Este fato ocorreu devido à falta de domínio à época, por parte do mercado em geral, e a adoção das melhores premissas que se apresentavam. Na ocasião os rendimentos foram ajustados de acordo com a taxa da NTN-B do Governo, e atualmente se concluiu que o Ativo de contrato deveria gerar renda considerando a TIR projetada na ocasião do leilão e ajustadas anualmente em função de variações expressivas. Esta nova forma de registro do Ativo de contrato gerou o ajuste que recompôs o saldo do Ativo de contrato e consequentemente os resultados acumulados da companhia. Todos os ajustes estão refletidos nas Demonstrações financeiras e foram objeto de auditoria por auditor independente com registro na Comissão de Valores Mobiliários. Em 2021 a LNT teve como fato relevante a alteração da empresa prestadora de serviço de Operação e Manutenção da Subestação de Niquelândia. Anteriormente este serviço era executado por Furnas Centrais Elétricas, a partir de então, passou a ser executado pela empresa Serra da Mesa Transmissora. Para a substituição da empresa, foi necessário adequar a infraestrutura instalada, exigindo um investimento da ordem de R\$ 800 mil. Entretanto, esse investimento não chegou a afetar o resultado da Companhia. Em 2021 foi aditivado o contrato de fi-nanciamento com a Caixa Econômica Federal, permitindo que a LNT distribua dividendos acumulados em exercícios anteriores acima dos 25% previstos anteriormente. Esta permissão irá até o exercício a ser encerrado em 31/12/2025, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e a manutenção de pelo menos 3 (três) vezes o valor da última parcela paga de financiamento, em uma Conta Reserva específica. Em 2022 houve a segunda revisão tarifária quinquenal da Companhia. O reajuste médio da RAP foi de 20,62%, sendo 7,95% acima da inflação acumulada para o período. No exercício de 2022, á Companhia substituiu a empresa prestadora de serviços de contabilidade, uma vez que esta não estava cumprindo alguns prazos de entrega de serviços contratados previstos em contratos e passíveis de incidência de multas contra a sociedade. Em novembro de 2022, a Companhia finalizou, juntamente com algumas empresas do Grupo SGBH, o Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento - PD-08106-0002/2017 - Sistema Robotizado para Inspeção de Subestações de Energia Elétrica. Este projeto foi auditado e encontra-se em fase de apreciação e posterior aprovação pela ANEEL. Em março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração e pelos Acionistas, im Plano de Metas baseado em indicadores comuns ao Acionistas e usuais no Mercado de Energia. Este Plano de Metas estabeleceu parâmetros para os indicadores de desempenho do exercício e as metas a serem alcancadas pela Companhia e por consequência a Remuneração Variável da Diretoria e Colaboradores. Com base em todos os indicadores apuradores, todas as metas estabelecidas foram alcançadas pela administração da Companhia para o Exer-cício fiscal de 2023. Em 08/08/2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.803 que autoriza a Companhia implantar o 3º banco de Autotransformadores na Subestação de Luziânia e sua respectiva RAP. Desde então, iniciou-se o processo de levantamento de preços e solicitação de propostas de fornecedores de equipamentos e EPCistas, para a contratação e início das obras de implantação do Projeto. Desde a sua constituição a LNT se mantém saudável fi-

Gostaríamos de informar, de maneira formal e transparente, que a empresa LNT, mesmo após anos de operação não possui passivos judiciais de nenhuma natureza no momento. A LNT tem mantido um compromisso constante com a conformidade legal e ambiental em todas as suas operações. Temos a satisfação de comunicar que, até a presente data, cumprimos integralmente todas as condicionantes das licenças de operação que regem nossas atividades A responsabilidade ambiental é um pilar fundamental em nossa filosofia empresarial, e nos esforçamos continuamen te para adotar práticas que asseguram o cumprimento das obrigações ambientais e a preservação ambiental. Acredi tamos que a harmonia entre o desenvolvimento econômico e a responsabilidade ambiental é essencial para garantir um futuro sustentável. Reiteramos nosso compromisso em manter altos padrões éticos e legais em todas as áreas de nossa atuação, sempre visando o bem-estar da comunidade e o respeito ao meio ambiente. Estamos à disposição para fornecer qualquer informação adicional que possa ser necessária para esclarecer nosso posicionamento todos os contratos com fornecedores relativos à esses projetos de implantação. Em 2016 foi quitada a dívida de curto No entanto, após uma série de tentativas administrativas, em 31/07/2023 a Companhia de forma ativa, na qualidade prazo contraída junto ao Bank of China Brasil S.A. com recursos parcialmente decorrentes da operação, completados de Autora da ação judicial, ajuizou ação ordinária de "Exibição de Documentos" no fórum da capital do Rio de Janeiro com aporte dos acionistas. Em 2017 o resultado da Companhia foi afetado pelos efeitos da revisão tarifária periódica, em face da RBA Contadores Associados Ltda., uma vez que a referida empresa de contabilidade na transição de suas obrigações para uma nova empresa de contabilidade contratada pela LNT deixou de enviar toda da documentação contábil, fiscal e de Recursos Humanos, bem como o Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica, previsto em resolução do Conselho Federal de Contabilidade, para que fosse possível a continuidade do serviço por outra empresa de contabilidade bem como a manutenção das obrigações fiscais e regulatórias. O processo judicial, acima mencionado, está distribuído para 24ª Vara Cível da Comarca da Capital, processo n. 0901298-91.2023.8.19.001 encontra-se na fase de instrução processual, aguardando manifestação do poder judiciário acerca dos pedidos men cionados na inicial. Por fim, registra-se que a classificação de risco para LNT do citado processo não se aplica ao caso concreto, na medida que a Companhia está no polo ativo da demanda judicial, sendo certo que a classificação de perda para a empresa de contadores é provável, ou seja, êxito de nossa ação judicial. Ainda, no que diz respeito ao polo ativo das ações judiciais, cabe informar que a Companhia, após receber uma notificação/termo de intimação da Receita Federal do Brasil, no ano de 2021, contratou o escritório de advocacia Cescon, Barrieu para ajuizar ação contra a Receita Federal do Brasil para que seja reconhecida a aplicação dos coeficientes de presunção de 8% e 12% respectivamente, ambos para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e CSLL sobre o lucro presumido e para o cálculo dos adiantamentos mensais do IRPJ e da CSLL apurados por estimativa do lucro tributável, com suspensão da exigibilidade das diferenças de valores, nos termos do art. 151, V, dos CTN, ou para prevenir o adoção de qualquer ato visando a sua cobrança, a inscrição do nome da Autora nos autos dos inadimplentes, e para que à certidão de regularidade fiscal não seja negada. No dia 31/01/2023, em decisão de primeiro grau, no processo judicia 5104362-61.2021.4.02.5101/RJ a 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro proferiu decisão favorável à Luziânia Niquelândia Transmissora em desfavor da União Federal para declarar que as receitas decorrentes do Contrato de Concessão nº 010/2012 celebrado entre a Autora e União advêm exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, considerado pela legislação como serviço de transporte de carga, de forma a manter a aplicação dos coeficientes de presunção de 8% e 12%, respectivamente, tanto para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL no lucro presumido como para o cálculo das antecipações mensais de IRPJ e CSLL determinados por estimativa no lucro real. Além da decisão acolher integralmente o pedido da Luziânia Niquelândia Transmissora o Tribunal: i) determinou à União que se abstenha de promover qualquer ato de fiscalização e autuação em sentido di verso ao da decisão judicial; ii) condenar a União a restituir à autora os valores indevidamente pagos a maior, inclusi ve mediante compensação com outros tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil, respeitada a prescrição quinquenal, corrigidos pela Taxa Selic desde cada recolhimento, na forma do artigo 74 da Lei nº 9.430/96 Na prática, com a referida decisão, a Receita Federal do Brasil está obrigada a aplicar os coeficientes de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) para determinação da base de cálculo dos tributos, em relação às receitas vinculadas accontrato de concessão de energia elétrica, em detrimento ao percentual de 32% exigido pela União Federal. Ainda fo reconhecido, o direito à recuperação de valores eventualmente recolhidos indevidamente desde os 05 anos anteriores à ação. Por oportuno, vale registrar, apesar do êxito da ação judicial, a decisão está sujeita ao reexame necessário e também, ao Recurso de Apelação que deverá ser apresentado pela Fazenda Nacional. Em 2024, foram assinados todos os contratos com os prestadores de serviço para a implantação do 3º Banco de Autotransformadores na Subestação de Luziânia e o cronograma está sendo acompanhado e atendido de forma satisfatória. No início da implantação do previsto um desenvolvimento geral em 2024 de 19,44%, sendo efetivamente desenvolvido até o final de dezembro de 2024 um percentual de avanço de 30% e acreditamos que o projeto entrará em operação até a data determinada pela ANEEL. Em 2024, foi autorizado pelos acionistas a estruturação da primeira emissão de debêntures da Compa nhia, para custear o projeto de implantação do 3º reforço da subestação de Luziânia. Nesta ocasião, também foi autorizado a liquidação antecipada do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, objetivando a liberação das garantias dadas pela Companhia e acionistas, liberando os acionistas de qualquer coobrigação para a emissão das debêntures. No momento, a emissão encontra-se na fase final da estruturação. Em 07/10/2024, foi autorizado pela ANEEL, através do Despacho nº 3.020, a implantação do 2º Banco de Autotransformadores na Subestação de Niquelândia e ainda em 2024, iniciou-se os processos de cotações para as contratações dos prestadores de serviços e equipamentos para o início da implantação. **Agradecimentos**: Registramos nossos agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão como Concessionária de Serviços Públicos. Rio de Janeiro, 31/01/2025.

João Cursino Neto - D Demonstração dos resultados - Períodos findos em 31/12/2024 e 2023

a contratação e início das obras de implanta	ação do	Projeto. Des	de a sua cons	sti		
Balanços patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)						
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	ш		
Circulante				П		
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.138	3.025	F		
Contas a receber	7	2.520	2.332	(		
Impostos a recuperar		40	9	(		
Ativo de contrato	8	12.957	12.514	(		
Outros ativos circulantes		569	181	9		
Total do ativo circulante		22.224	<u>18.061</u>	Ŀ		
Não circulante				Į		
Ativo de contrato	8	129.460	107.837	F		
Total do ativo não circulante		129.460	107.837	V		
Total do ativo		151.684	125.898	S		
				Į,		
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023	5		
Circulante						
Fornecedores	9	3.049	225	L		
Empréstimos	10	-	1.448			
Salários e encargos		48	46	F		
Impostos e contribuições sociais		911	535	0		
Encargos setoriais		504	400	F		
Dividendos a pagar	13.c	4.469	3.271	Ļ		
Outros passivos circulantes		1	1	ļ		
Total do passivo circulante		8.982	5.926	5		
Não circulante				l		
Empréstimos	10		13.033	1		
IR e CS diferidos	11	4.386	2.672	ľ		
Total do passivo não circulante		4.386	15.705	ľ		
Patrimônio líquido			and the same of th	١.		
Capital social	13.a	49.735	33.305			
Reserva legal	13.b	6.941	6.000	L		
Reserva de retenção de lucros	13.d	44.672	27.994			
Dividendos adicionais propostos	13.e	36.968	36.968	L		
Total do patrimônio líquido		138.316	104.267	1		
Total do passivo e do patrimônio líquido		151.684	125.898	1		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Total (3.089) (1.004) Lucro líquido do exercício 18.817 13.774  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	-	(Em milhares de reais)	os em 31/12/2	024 e 2023
Custo de construção (18.711) Operação e manutenção O&M (2.097) (2.017) Outros gastos operacionais (1.127) (1.902) Outras receitas operacionais 117 116 Lucro bruto 23.309 18.029 Despesas operacionais Pessoal (1.095) (1.020) Materiais (19.71) (1.095) Materiais (19.71) (1.095) Materiais (19.71) (1.095) Arrendamentos e aluguéis (28) (32) Arrendamentos e aluguéis (42) (42) (42) (42) (42) (42) (42) (42)	1	Nota	s 31/12/2024	31/12/2023
Operação e manútenção O&M	5	Receita operacional líquida 14	45.127	21.832
Outros gastos operacionais         (1.127)         (1.902)           Outras receitas operacionais         117         116           Lucro bruto         23.309         18.029           Despesas operacionais         (1.095)         (1.020)           Materiais         (1.095)         (1.020)           Materiais         (28)         (32)           Arrendamentos e aluguéis         (28)         (32)           Arrendamentos e aluguéis         (42)         (42)           Seguros         (12)         (12)           Total         (1.724)         (1.455)           Lucro antes das receitas e despesas         financeiras         1.844         496           Despesas financeiras         1.844         496         496         496         498         50         292)         Resultado financeiras         1.844         496         496         498         50         292)         Resultado financeiras         1.844         496         496         498         582)         60         14.778         496         14.778         496         14.778         496         14.778         496         14.778         496         14.778         496         14.778         496         14.778         496         <	2			-
Outras receitas operacionais         117         116           Lucro bruto         23.309         18.029           Despesas operacionais         (1.095)         (1.020)           Materiais         (547)         (348)           Tributos         (28)         (32)           Arrendamentos e aluguéis         (42)         (42)           Seguros         (12)         (12)           Total         (1.724)         (1.455)           Lucro antes das receitas e despesas         financeiras         1.844         496           Despesas financeiras         1.844         496         496           Despesas financeiras         1.844         496         496           Despesas financeiras         1.844         496         496           Despesas financeiras         (1.523)         (2.292)         Resultado financeiro         15         321         (1.796)           Lucro antes do IR e da CS         21.906         14.778         14.778         14.778           Imposto de renda corrente         16         (938)         (582)           Contribuição social diferida         (1.154)         (31)           Total         (3.089)         (1.004)           Lucro líquido do exercício	)			
Lucro bruto   23.309   18.029   Despesas operacionais   Pessoal   (1.095)   (1.020)   Materiais   - (1)   (348)   (1.095)   (348)   (1.095)   (348)   (1.095)   (348)   (1.095)   (348)   (32)   Arrendamentos e aluguéis   (42)   (42	ļ.			
Despesas operacionais				
Pessoal	I		23.309	18.029
Materiais			(4.005)	(4.000)
Serviços de terceiros			(1.095)	' (4)
Tributos   (28) (32)     Arrendamentos e aluguéis   (42) (42) (42)     Seguros   (12) (12)     Total   (1.724) (1.455)     Lucro antes das receitas e despesas     financeiras   21.585   16.574     Receitas financeiras   (1.523) (2.292)     Resultado financeiro   15   321 (1.796)     Lucro antes do IR e da CS   21.906   14.778     Imposto de renda corrente   16 (938) (582)     Contribuição social corrente   16 (436) (343)     Imposto de renda diferido   (561) (48)     Contribuição social diferida   (1.154) (31)     Total   (3.089) (1.004)     Lucro líquido do exercício   18.817   13.774     As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.     Demonstração dos resultados abrangentes   dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)     Lucro líquido do exercício   18.817   13.774     As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.     Total dos resultados abrangentes	4		(5.47)	
Arrendamentos e aluguéis Seguros  Total  Lucro antes das receitas e despesas financeiras Receitas financeiras Receitas financeiras Receitas financeiras Resultado financeiro Lucro antes do IR e da CS Resultado financeiro Lucro antes do IR e da CS Contribuição social corrente 16 (938) (582) Contribuição social corrente 16 (938) (582) Contribuição social diferido Contribuição social diferida C	5			
Seguros				
Total	Ł			
Lucro antes das receitas e despesas financeiras 21.585 16.574 Receitas financeiras 1.844 496 Despesas financeiras (1.523) (2.292) Resultado financeiro 15 321 (1.796) Lucro antes do IR e da CS 21.906 14.778 Imposto de renda corrente 16 (938) (582) Contribuição social corrente 16 (436) (343) Imposto de renda diferido (561) (48) (Contribuição social diferida (1.154) (31) Total (3.089) (1.004) Lucro líquido do exercício 18.817 13.774 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais) Lucro líquido do exercício 18.817 13.774 Outros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes - Total dos resultados abrangentes dos exercício 18.817 13.774 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	٠			
Receitas financeiras	5	Lucro antes das receitas e despesas		
Despesas financeiras	3		21.585	16.574
Resultado financeiro	3			
Lucro antes do IR e da CS   21.906   14.778     Imposto de renda corrente   16   (938)   (582)     Contribuição social corrente   16   (436)   (343)     Imposto de renda diferido   (561)   (48)     Contribuição social diferida   (1.154)   (31)     Total   (3.089)   (1.004)     Lucro líquido do exercício   18.817   13.774     As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.     Demonstração dos resultados abrangentes   dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)     Lucro líquido do exercício   31/12/2024   31/12/2023     Lucro líquido do exercício   18.817   13.774     Outros resultados abrangentes	5			
Imposto de renda corrente	)			
Contribuição social corrente   16	П			
Imposto de renda diferido Contribuição social diferida Total Lucro líquido do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais) Lucro líquido do exercício Total dos resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	L			
Contribuição social diferida Total Lucro líquido do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	ì			
Total (3.089) (1.004) Lucro líquido do exercício 18.817 13.774  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício 31/12/2024 31/12/2023  Lucro líquido do exercício 18.817 13.774  Outros resultados abrangentes				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício 31/12/2024 31/12/2023 4 Lucro líquido do exercício 0utros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	3			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício 31/12/2024 31/12/2023 Lucro líquido do exercício 18.817 13.774 Outros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes do exercício 18.817 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	-			
Demonstração dos resultados abrangentes dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	2			
dos períodos findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)  Lucro líquido do exercício  Outros resultados abrangentes  Total dos resultados abrangentes do exercício  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	5			
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido do exercício  Outros resultados abrangentes  Total dos resultados abrangentes do exercício  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	)			de reais)
Lucro líquido do exercício  Outros resultados abrangentes  Total dos resultados abrangentes do exercício  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	ŀ			
Outros resultados abrangentes Total dos resultados abrangentes do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	3	Lucro líquido do exercício		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	_		-	
	3		18.817	13.774
				inanceiras.

As notas explicativas são parte integrante das demons	straçõe	es finance	eiras.	As notas exp	licativas são parte integra	inte das de	monstrações fina	nceiras.
Demonstração das mutaçõ	es do	patrimôr	nio líquid	o em 31/12/2	024 e 2023 - (Em milhare	s de reais)		
			Reserva	as de lucros				
		Capital		Retenção	Dividendos		Lucros	
	lotas	Social	Legal	de lucros	adicionais propostos	Afac	<u>acumulados</u>	Total
Saldos em 31/12/2022		33.305	5.311	27.994	30.840	-		97.450
Lucro do exercício		-			-	-	13.774	13.774
Reserva legal		-	689	-	-	-	(689)	/ //
Dividendos							40.004	( 1)
Mínimos obrigatórios		-	-	-	2 2 4	-	(3.271)	(3.271)
Adicionais propostos		-	-	-	9.814	-	(9.814)	(0.000)
Adicionais distribuídos de exercícios anteriores		-			(3.686)		-	(3.686)
Saldos em 31/12/2023	40 -1	33.305	6.000	27.994	36.968	-	7 7	104.267
	13.d	-	-	3.271	-	40.400		3.271
Adiantamentos para futuro aumento de capital		46 420	-	-	-	16.430		16.430
Aumento de capital		16.430	-	-	-	(16.430)	10.017	10 017
Lucro do exercício		-	044	-	-		18.817	18.817
Reserva legal Dividendos		-	941	-	-		(941)	
	13.c						(4.469)	(4.469)
	13.e		-	13.407			(13.407)	(4.409)
Saldos em 31/12/2025	13.6	49.735	6.941	44.672	36.968		(13.407)	138.316
	cativac							130.310
,					nstrações financeiras.			
Notas explicativas às demonstrações financeiras en	m 31/1	2/2024 e	<b>2023</b> tr	ação utilizou	julgamentos, estimativas	e premissa	as que afetam a	aplicação

julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Adminis- desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remunera-

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) 1. Contexto operacional: À Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. ("Companhia" ou "LNT"), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/03/2011 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar -Sala 1101 Parte, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). • Da concessão: A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de ransmissão nº 06/2011, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 16/03/2011. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 231/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. **Instalações de Tránsmissão** compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 231/69 kV - (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, nterligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/2015. Através da Resolução Autorizativa nº 4.289, em vigor a partir de 28/08/2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma segunda transformação 500/138 kV - 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/2015. De acordo com o Contrato de Concessão Nº 010/2012, assinado em 10/05/2012, o prazo do serviço público de transmissão da Companhia é de trinta anos, a contar da data da assinatura. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria 23/01/2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcio-

róximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Uso de estimativas e

das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 2.3. Ativo de contrato e remu neração do ativo de contrato: a) Ativo de contrato: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos servicos públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a pres-tação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (F Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP) que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapar-tida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo de contrato, por ter direito à contraprestação ainda condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão , sujeitas ao diferimento da Contribuição Social sobre o Lucro Presumido (CSLL) e do Imposto Sobre a Renda Das Pessoas Jurídicas (IRPJ), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. b) Remuneração nal da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais

į	iretor Administrativo e Financeiro; <b>Xuhui Yang -</b> Diretor Técnico.						
Ī	Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
ı		31/12/2024	31/12/2023				
ı	Lucro antes do IR e da CS	21.906	14.778				
ı	Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa	(					
ı	Rendimentos sobre ativo de contrato	(14.165)	(13.657)				
ı	Receita de construção	(21.448)					
ı	Ganho ativo de contrato	1.056	366				
ı	Juros sobre empréstimos	1.449	2.170				
ı	Aumento (redução) nos ativos e passivos operacion						
ı	Impostos a recuperar	(31)	()				
ı	Contas a receber	(188)	(336)				
ı	Ativo de contrato	12.491	12.028				
ı	Outros ativos circulantes	(388)	188				
ı	Fornecedores	2.824	19				
ı	Impostos e contribuições sociais	(2.253)	(229)				
ı	Encargos setoriais	104	(82)				
ı	Salários e encargos Imposto de renda e contribuição social pagos	(460)	(2) (728)				
ı	Outros passivos circulantes	1.714	78				
ı	Juros pagos sobre empréstimos	(1.505)	(2.198)				
ı	Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	1.108	12.395				
ı	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.100	12.555				
ı	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(14.425)	(1.441)				
ı	Aumento do capital social	16,430	(11)				
ı	Dividendos pagos	-	(11.020)				
ı	Caixa líquido gerado/(aplicado) pelas atividades						
ı	de financiamentos	2.005	(12.461)				
ı	Aumento líquido/ (redução) de caixa e						
ı	equivalentes de caixa	3.113	(66)				
ı	Início do exercício	3.025	3.091				
ı	Final do exercício	6.138	3.025				
Aumento líquido/ (redução) de caixa e							
equivalentes de caixa 3.113 (60							
	As notas explicativas são parte integrante das demo	onstrações f	inanceiras.				
	Demonstração do valor adicionado em 31/	12/2024 e 2	2023				

(Em milhares de reais) Receitas 31/12/2024 31/12/2023 10.156 21.448 Receitas relativas à operação e manutenção Receitas relativas à construção Ganho/Perda ativo de contrato (1.055)(366)14.165 2.281 13.657 2.140 Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato Outras receitas Insumos adquiridos de terceiros Materiais, serviços de terceiros e outros - referente à construção (18.711)Materiais, serviços de terceiros e outros 24.768 24.768 Valor adicionado bruto Valor adicionado líquido produzido pela companhia Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras 20.080 Valor adicionado total a distribuir Distribuição do valor adicionado **Pessoal** (869) (20) Remuneração direta **FGTS** Benefícios Impostos, taxas e contribuições Tributos federais <u>(5.190)</u> 2.285 (4.182) (2.072)Encargos setoriais (928)(817)Outras taxas e contribuições Remuneração de capitais de terceiros (80) **(1.664)** `(96) **(2.474**) Encargos de dívida e variação monetária Aluguéis (141)(182)Outras (122)Remuneração de capitais próprios (18.817) (13.774 Lucro líquido do período Valor adicionado distribuído (26.612)(20.080)As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. ção financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por consi

derar os riscos e prêmios específicos do negócio. A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, le vando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensa da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. 2.4. Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ci clo anual durante o prazo da concessão. 2.5. Avaliação de instrumentos fi-nanceiros: A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas 2.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são re conhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposi ções contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanco de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de átivos e passivos financeiros. a) Ativos financeiros não derivativos: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável, e contas a receber. b) Passivos financeiros não derivativos: Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e demais contas a pagar. Após do ativo de contrato: A taxa aplicada ao ativo de contrato é uma taxa de reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização

10.156

21,448

14.165

12%

3.006

Natureza

da

(366)

13.658

12% 2.688

8%

31/12/ 31/12/

1.791



#### Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. - CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

inanceiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amor- de mudança de valor. Em 31/12/2024, os Fundos de Investimento da Caixa forme demonstrado abaixo: Econômica Federal tiveram remuneração média nos últimos doze meses de 10,37% a.a. os Fundos de Investimento do Banco do Brasil tiveram uma remuneração média de 10,96% a.a. e 10,47% a.a. nos últimos doze meses. 7. Contas a receber: A composição do saldo de contas a receber apresenta

31/12/2024 31/12/2023 o sequinte perfil: Contrato de conexão Celg - SE Luziânia Contrato de conexão Celg - SE Niquelândia Disponibilidade da rede elétrica - AVC 90 87 8. Ativos de contrato: O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de

terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos è benefícios relaserviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: tivos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
 Ao final da passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneracomo baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. d) Ativos e passivos financeiros derivativos: A Comção anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão panhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identifié recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de cou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. 2.7. Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas relacionadas à valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela denterpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resignados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como sultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premisindenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa sas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já regis-trados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos invespara possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais timentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e poder concedente. Em 2020, a Companhia se baseou nas recomendações no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, para revisar os procedimentos de contabilização adotados para o ativo de contrato. Não foram identificados nterpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condiimpactos ou alterações a serem efetuados nos procedimentos da Companhia. ções vigentes no respectivo domicílio da Companhia. 3. Mudanças nas prin-A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita cipais políticas contábeis: 3.1. Novas normas, alterações e interpreta-ções ainda não vigentes: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2024: estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera do ativo No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretade contrato é 12,02% a.a para a implantação do projeto e de 8,30% a.a. para ções aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vi-gor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2024. **Em vigor para 31/12/2024 31/12/2023** 12.514 a ampliação de Luziânia. Circulante Não circulante

120.351 Saldo em 31/12/2023 Atualização monetária Receita de Construção (a) 14.165 21.448 Amortização do ativo contratual Ganhos/Perdas em função da RTA (i) Saldo em 31/12/2024 (1.055) **142.417** Conforme Resolução 3.348, de 16/07/2024, a ANEEL estabeleceu a RAP revisada, a taxa de reajuste acumulada foi de 3,81%. (a) Reforço outorgado pela Aneel através da Resolução Autorizativa nº 14.803/2023, com uma RAP de R\$ 8.709 e estimativa de custo de R\$ 65.693, para a Implantação dos reforços referentes ao empreendimento: T2023-118 - SE Luziânia - Instalação do 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/138kV, de 3x75 MVA., A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em mpactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados a Companhia celebrou contratos para a implantação do Empreendimento, fe-Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáchando o mês de setembro com um avanço físico de 10,08% e financeiro de 10,51%. Reforço outorgado pela Aneel através da Resolução Autorizativa nº 3.020/2024, com uma RAP de R\$ 3.300 e estimativa de custo de R\$ períodos anuais iniciados em

O ativo contratual apresentou a seguinte movimentação no período Saldo em 31/12/2022

142.417

120.351

119.087

(12.028)

(366

24.667, Implantação de autotransformadores monofásicos (TR2 230/69-13,8 kV - 3x10 MVA) na Subestação Niquelândia, com conexões e infraestrutura de manobra associadas. 9. Fornecedores: Serra da Mesa Transmissão 31/12/2024 31/12/2013 Furnas Centrais Eletricas Dipro Do Brasil 885 247 Sediver Isoladores Ltda Asa Aluminio S/A Almeida Rotenberg E Boscoli - Sociedade De Advogados Intelli Ind.Term.Eletr.Ltda 524 Dipro Do Brasil 885 Outros 3.049 Total

225 O aumento está relacionado à aquisição de materiais e serviços para a implantação do reforço de autotransformadores monofásicos, sendo os pagamentos efetuados assim que a companhia dispuser de recursos financei<mark>ros</mark> 10. Empréstimos: Empréstimo Caixa Econômica Federal: Em 30/06/2013, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$32.590 (Trinta e dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), conforme aprovado em 10/03/2013. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura - no valor de R\$17.090, destin<mark>ado</mark> a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida, tendo carência até o mês de março de 2016 para início da amortização do principal. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos - no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infrae<mark>s-</mark> trutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, apurados sobre o saldo devedor, e seu período de carência se estendeu até o mês de março de 2014. Este subcretido foi totalmente amortizado em dezembro de 2022. Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em no dia 14/11/2024 o saldo devedor do empréstimo foi quitado antecipadamente

na sua realização. <b>5.2. Receita operacional:</b> A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para	contrato de Concessão. Em no dia 14/11/2024 o saldo devedor do empréstimo foi quitado antecipadamente o saldo atualizado da dívida em 31/12/2023 era
a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. <b>5.3. Caixa e</b>	R\$ 14.481. <u>Mutação dos empréstimos</u> : Juros Amor- Amor- Apro- tização do
equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finali- dade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para inves-	CEF Subcredito
timento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante	Infraestrutura 14.481 1.449 (1.505) (14.425) - 14.481 1.449 (1.505) (14.425) - 14.481
conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de	Juros Amor- Amor- Apro- tização tização do
valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três	31/12/2022 priados de Juros Emprestimo 31/12/2023
meses ou menos, a contar da data da contratação. 5.4. Contas a receber: Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de ener-	Infraestrutura <u>15.950</u> <u>2.170</u> <u>(2.198)</u> <u>(1.441)</u> <u>14.481</u>
gia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados, Inclui a contabilização, entre outros dos	11. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os tributos diferidos
créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os va-	passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e
lores a receper referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados	12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo con-

passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes 31/12/2024

Natureza dos Base de Impostos **Total** Baixas cálculo diferidos diferido (250) **31/12/2023** 1.695 créditos IRPJ diferido Ajustes Passivo 712 2.848 CSLL diferido 142,417 (385)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S/A, foi celebrado em 20/02/2014, com vigência a partir da data da disponibilização para entrada em operação 12. Contingências: A Companhia foi autuada pela Receita Federal exigindo a diferença da presunção da tributação do IRPJ e da CSLL nas alíquotas de 8% e 12% para 32% e multa formal, a mesma entrou com Ação Declaradas referidas instalações (19/07/2014), até a extinção da concessão de uma das partes, cuja responsabilidade pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no sistema interligatória postulando a manutenção das alíquotas e Impugnação Administrativa para cancelamento da multa, os processos encontram-se em andamento. do nacional, é a ONS. 5.5 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação O valor da causa é de R\$ 6.954 e. no dia 31/01/2023, em decisão de primei Duvidosa - PECLD: A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não ro grau, foi proferida decisão favorável à Luziânia Niguelândia Transmissora em desfavor da União Federal. Na prática, com a referida decisão, a Receita serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos Federal do Brasil está obrigada a aplicar dos coeficientes de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) para determinação da base de cálculo dos tribuoriginais das contas a receber. A PECLD será constituída com base em anáise dos riscos de realização e reconhecida em valor considerado suficiente tos, em relação às receitas vinculadas ao contrato de concessão de energia elétrica, em detrimento ao percentual de 32% exigido pela União Federal. pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. **5.6. Depreciação:** A depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos ativos imobilizados, e são feitos testes periódicos Ainda foi reconhecendo, o direito à recuperação de valores eventualmente recolhidos indevidamente desde os 05 anos anteriores à ação. Confirmando de recuperação dos ativos. 5.7. Outros ativos e passivos: Um ativo é reas expectativas, a Fazenda Nacional interpôs recurso de apelação em face conhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser da sentença favorável à LNT, que garantiu a aplicação dos coeficientes de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) para determinação da base de cálculo mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a dos tributos, em relação às receitas vinculadas ao contrato de concessão de Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um energia elétrica. Assim, apresentamos resposta ao recurso fazendário defenevento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido dendo a manutenção da sentença. Na avaliação dos consultores jurídicos, a para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores classificação da probabilidade de perda é avaliada como possível e, portanestimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos to, nenhuma provisão foi constituída. 12.1. Contingência ativa: Em 2022, a administração da Companhia decidiu tomar medidas para melhorar a gestão próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como administrativa, substituindo a empresa de contabilidade responsável pela área não circulantes. 5.8. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o fiscal e contábil, que vinha apresentando problemas de agilidade e eficiência. Lucro (CSLL): A Companhia optou pela tributação do lucro presumido, cuja Após comunicar a decisão em conformidade com o contrato, a LNT buscou base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por encerrar a relação contratual de forma transparente e legal, sem prejudicar meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas. **5.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O ajuste a valor presente é calculado levanos envolvidos. No entanto, a empresa anterior não cumpriu, na avalição dos administradores, com as obrigações técnicas para transferência dos documentos da Companhia, impactando a transição para a nova empresa. Mesmo assim, a nova prestadora de serviços conseguiu iniciar suas atividades com do em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, base nas informações disponíveis. Assim, após inúmeras tentativas de obos juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos ter os documentos pendentes, a Companhia decidiu em 09/2022 denunciar o caso ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeie passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são ro, a fim de resolver administrativamente a questão. No entanto, a apuração realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por da denúncia, doze meses após a sua apresentação, ainda não foi concluída meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de Em julho de 2023 a LNT ajuizou ação de responsabilização civil contra a empresa. caixa contratuais. 5.10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e Em 31/12/2024 o processo continua em andamento. 13. Patrimônio líquido: financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos a) Capital social: Em 31/12/2024, o capital social subscrito e integralizado da recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo Companhia é de R\$ 49.735, dividido em 49.735.000 ações ordinárias nomicusto amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Holding S.A. e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue: 31/12/2024 State Grid Brazil Holding S.A

> R\$ 33.305 b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades riscos. b) Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contra-por Ações. c) Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deli-tar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais

monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resul- As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 tado, quando incorridos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco Em 31/12/2024, os dividendos mínimos obrigatórios foram constituídos con

Lucro líquido do exercício Reserva legal Base de cálculo Dividendos mínimos obrigatórios 25% d) Reserva de retenção de lucros: Foram constituídas reservas para aten der as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido do exercício

remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acu mulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista. Conforme deliberado na 14ª Assembleia Geral Ordinária e 26ª Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 17/04/2024, foi aprovada a reversão do resultado no valor de R\$ 3,2 milhões. O montante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, na conta "Reserva de Retenção de Lucros", podendo ser revertido e distribuído conforme a disponibilidade de caixa da Companhia. e) Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais: Os dividendos mencionados foram estabelecidos para cumprir o limite previsto no artigo 199 da Lei das S.A., sendo sua distri buição condicionada à deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a existência de disponibilidade de caixa.

Reserva de retenção de lucros Retenção de lucros Dividendos adicionais distribuídos (3.686)Dividendos Adicionais Propostos 36.968 Adiantamentos para futuro aumento de capital: Em 12/01/2024, foi emi

tido um instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capita em 2024 e 2025, na para custear os gastos com a ampliação Subestação de Luziânia. Na RCA 66º de 22/05/2024 foi aprovado, por unanimidade, o aumento de capital da Companhia em R\$10.000, conforme aporte realizado em 29/01/2024, com o capital social totalizando R\$43.305. Também foi aprovado em Assembleia Geral no dia 14/11/2024 o aumento do capital social para R\$49.735 visando a conversão dos aportes de 2024, conforme o contrato de AFAC.

14. Receita operacional líquida:

31/12/2024
31/12/2024 31/12/2024 31/12/2023 Receita operacional bruta

Receitas relativas à operação e manutenção

Receitas relativas à construção

Receita Anual Permitida (RAP)

em 31/12/2023). 17.2. Operações comerciais:

18. Instrumentos financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa

**Ativos financeiros** 

Contas a receber

**Partes** 

relacio-

Percentual de presunção

(=) Lucro presumido

Ganho/Perda ativo de contrato (a)

Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato 2.140 Outras receitas 2.281 Deduções da receita operacional (167)Pis Cofins (746 (773)Encargos do consumido: Receita operacional líquida (a) O Ganho/perda do Ativo de Contrato refere-se a atualização da RAP.

15. Resultado financeiro:
31/12/2024
31/12/2023 Receitas financeiras Receitas de aplicações financeiras Despesas financeiras Juros sobre emprestimos (2.170)Outras despesas financeiras Resultado financeiro 16. Imposto de renda e contribuição social: IRPJ 22.397

2.004

3.848 4.850 2.287 3.184 Base de cálculo Alíquota do IR e da CS 9% 15% Valores do IRPJ e da CSLL Adicional de 10% - IRPJ (436)(343)(287)Imposto corrente no resultado (436) (938) Outros Ajustes (\*) (35) (582) (938) (436)Total IRPJ/CSLL no resultado (\*) Refere-se a valores de recolhimentos devido ao indeferimento ditos declarados em Pedidos de compensação de crédito PER/DCOMF 17. Partes relacionadas: A Companhia apresentou as seguintes opera ções com partes relacionadas: 17.1. Remuneração de administradores Ém 31/12/2024, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 608 (R\$ 58)

operação Nome nadas 2023 Centrais Elétricas **Empresa** Contas receber Brasileiras S.A. Eletrobras S.A ligada Serv. Transm. Resultado Despesas State Grid Brasil (42)(43)Acionista Holding - Aluguel Aluguel Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Empresa ligada (121)Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica S.A. Empresa ligada O&M (1.369)(2.017)Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica S.A. Empresa ligada (232)Silvânia Transmissora de Energia S.A Empresa ligaga **08M** Receitas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Faturamento **Empresa** Eletrobras S.A. ligada Serv. Transm

Impostos a recuperar 40 40 Outros ativos 569 569 3.129 9.267 5.547 6.138 O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contá beis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou es tão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: 31/12/2024 31/12/2023

amor-

tizado

2.520

Custo A valor justo

por meio

6.138

**Total** 

6.138

2.520

3.025

2.332

do resultado

passivos financeiros da Companhia em 31/12/2024 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrados a seguir: 31/12/2024 31/12/2023 Passivos financeiros **Empréstimos** 14.481 Salários e encargos 48 Impostos e contribuições sociais 911 Encargos setoriais 504 400 Outros passivos 15.463 1.464

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos ban cários. Ativo de contrato - o ativo de contrato no início da concessão é men surado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores jus tos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. Hierarquia do valor justo: Nível 1 - Precos cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são obser váveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são base adas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor iusto por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instru mentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. Gerenciamento do capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Compa nhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patri mônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. 18.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Ós principais fatores de ris co mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de de rivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limi tes de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de

tizado, utilizando o método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e servicos necessários às operações da Companhia, cujos valores são reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balancos. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhe-

Norma ou interpretação

Alterações ao CPC 26/ IAS 1

Alterações à IFRS 10/CPC 36

(R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)

Alterações ao CPC 06/ IFRS 16

Alterações à IAS 1

inanceiras

Alterações ao CPC 40/ AS 7 / IFRS 7

IFRS 19 - Subsidiárias sem

responsabilidade pública:

cido pelo custo amortizado. c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos fi-

nanceiros: Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos

de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus di-

reitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar

ntegralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um

Descrição

da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Apresentação das

<u>financeiras.</u>

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas

supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos re-

evantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência

da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ain-

da não aplicáveis. 4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos

financeiros não derivativos que estão pelo valor justo. **5. Políticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a apresentação de suas demonstrações financeiras, em 31/12/2024, foram

aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de

estimativas. 5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reco-

nhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefí-

cios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa

de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo

com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em

que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa

pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado

conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em

montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja re-

cuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. O faturamento apurado com base no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), associada à distribuidora

demonstrações financeiras A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça

divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações

Norma ou interpretação Descrição
IFRS 18 Apresentação e A IFRS 18 substituirá a
divulgação das demonstrações IAS 1/CPC 26 -

Contratos de Seguros Classificação de Passivos

Não Circulantes Venda ou Contribuição na

forma de Ativos entre um

nvestidor e sua Coligada ou

Controlada em Conjunto Passivo Não Circulante com

sobre acordos financeiros

Contabilização de *leaseback* 01/01/2024 Divulgação de informações

como Circulantes ou

períodos anuais iniciados em

01/01/2024

01/01/2024

Em vigor para

ou após

Saldo do ativo contratual

Amortização do ativo contratual Ganhos/Perdas em função da RTA (i)

Atualização monetária

6. Caixa e equivalentes de caixa 31/12/2024 **31/12/2023** 33 Bancos conta movimento Aplicação financeira - Fundo de Investimento C.E.F Aplicação financeira - Fundo de Investimento C.E.F. 29 Conta Reserva. Aplicação BB - RF LP Corp Cred Priv Aplicação BB - RF CP Corp Ágil 5.042 6.138

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. berações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 🛮 sinistros, considerando a natureza de sua atividade

#### Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. - CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71



O resumo da	O resumo das apólices vigentes em 31/12/2024 é como segue:							
	Mapa de seguros LNT							
Vigêno	ia	Tipo	Apólice	Seguradora	Cobertura			
Início	Fim							
26/09/2024		Risco	046692024100	Fairfax				
	2025	Opera-	101180002649	Brasil				
		cional		Seguros				
				Corpora-				
				tivos S.A.	73.011.872,10			
11/06/2024	11/06/	D&O e						
	2025	Riscos		Swiss RE				
		Ambi-		Corporate				
		entais	51101001049		10.000.000,00			
26/09/2023	26/09/	Risco		Tokio Marine				
	2025	Civil	510 0000042044	Segura-				
				dora	10.000.000,00			

Aos Administradores e Acionistas da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. - Rio de Janeiro - RJ, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras nformações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contápeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Luziânia-Ni-quelândia Transmissora S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamenar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

c) Riscos ambientais: As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retar-dar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no

João Cursino Neto Jorge Raul Bauer Diretor Presidente e Administrativo/Financeiro Diretor Técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas deresposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada monstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de dis torção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro das em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstra-ções financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequafalsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos enter dimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planeiarmo da apresentação das demonstrações financeiras d<mark>e acordo com as prática</mark>s contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é res-ponsável pela avaliação da capacidade de a Compan<mark>hia continuar operand</mark>o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionad<mark>os com a sua continuid</mark>ade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser gue a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos au**ditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. Abaixo resumo das licenças expedidas: Nº da Orgão **Emissor** Emissão Validade Tipo de Licença Licença **IBAMA** Licença de Operação 11/01/2016 11/01/2026 SE Luziânia. 1.248/2014

Licença de Operação SE Niquelândia. 301/2015 26/02/2015 26/02/2025 Edson Junior da Silva Contador Responsável - CRC/GO 001605/O

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou con dições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação eral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspon dentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela gover nança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

ocedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2025. **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes** CRC-RJ 005.333/O-0 Iuri Miralha Conrado Contador CRC-RJ 123.182/O-7

## Começa no final deste mês pagamento das cotas dos extintos PIS/PASEP

#### Caixa recebe solicitações de ressarcimento desde 2023

o próximo dia 28, a Caixa iniciará o pagamento do ressarcimento das cotas dos extintos fundos do PIS/ Pasep aos titulares ou beneficiários. Cerca de 25 mil beneficiários já efetuaram a solicitação junto ao banco e, caso tenham direito, receberão na primeira data do pagamento e outra parte ao longo deste ano e até 26 de janeiro de 2026.

O ressarcimento dos valores pode ser requerido pelos trabalhadores que estavam na ativa entre 1971 e 1988 e que possuíam contas com saldo vinculadas aos extintos fundos de cotas do PIS/ PASEP. Em caso de falecimento do titular das cotas, os beneficiários legais podem fazer a solicitação.

A consulta sobre a existência de valores transferidos ao Tesouro Nacional e a solicitação de ressarcimento podem ser feitas pelo aplicativo FGTS, disponível para download gratuito nas lojas de aplicativos para dispositivos Android e iOS ou nas agências da Caixa. Quem já fez uma solicitação não precisa fazer novamente.

Os recursos foram transferidos ao Tesouro Nacional em setembro de 2023, em atendimento ao artigo 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e Portaria Interministerial MTE/MF n° 2, de 11 de outubro de 2023.

Desde setembro de 2023 a Caixa vem recebendo os pedidos de ressarcimento nas suas agências. Para as solicitações já realizadas, o pagamento se inicia em março de 2025.

Datas de pagamento: Solicitações realizadas até Recebe em:

28/02/2025 28/03/2025 (sexta-feira) 31/03/2025 25/04/2025 (sexta-feira)

30/04/2025 26/05/2025 (segunda-feira)

31/05/2025 25/06/2025 (quarta-feira) 25/07/2025

30/06/2025 (sexta-feira)

31/07/2025 25/08/2025 (segunda-feira)

31/08/2025 25/09/2025 (quinta-feira) 30/09/2025 27/10/2025

(segunda-feira) 31/10/2025 25/11/2025

(terça-feira) 30/11/2025 26/12/2025 (sexta-feira)

31/12/2025 26/01/2026 (segunda-feira)

As cotas do PIS/Pasep correspondem aos valores depositados em nome de trabalhadores do setor público e privado entre 1971 e 04/10/1988, período em que o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) destinavam recursos para contas individuais vinculadas aos empregados. Esses depósitos deixaram de ser realizados em 05/10/1988 com a unificação no fundo PIS/ Pasep. Posteriormente, com a extinção desse fundo em 2020, os saldos remanescentes foram transferidos para o FGTS e, mais recentemente, ao Tesouro Nacional.

#### Como solicitar

A Caixa está recebendo, de forma ininterrupta desde setembro de 2023, os pedidos de ressarcimento das cotas do PIS/Pasep

por meio de suas agências. Com a publicação da Circular nº 1.080/2025, o banco disponibilizou o Aplicativo FGTS como mais um canal para o registro da solicitação de ressarcimento. Essa é a forma mais rápida e conveniente de efetuar a solicitação.

Após efetuar o login no aplicativo, o trabalhador deverá fazer a solicitação acessando a opção 'Mais', 'Ressarcimento PIS/Pasep' e seguir as orientações para anexar os documentos diretamente no app, sem necessidade de ir a uma agência. Também será possível acompanhar o andamento da solicitação pelo aplicati-

#### Como sacar

O pagamento é realizado exclusivamente por meio de crédito em conta na Caixa:

· Por crédito em conta Poupança Caixa Fácil, Poupança Caixa ou Conta Corrente Caixa;

· Por crédito em conta Poupança Caixa Tem ou conta Poupança Social Digital, aberta automaticamente pela Caixa.

A movimentação da conta Caixa Digital é realizada pelo Aplicativo Caixa Tem, que permite pagar contas, efetuar transferências, pagar na maquininha e realizar compras com o cartão de débito virtual

A Caixa disponibiliza os seguintes canais para esclarecimento de dúvidas e informações adicionais: Caixa Cidadão 0800 726 0207; SAC Caixa: 0800 726 0101; Pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492; Ouvidoria: 0800 725 7474; Site: caixa.gov.br

# Embraer e empresa polonesa vão desenvolver novas tecnologias

Embraer (NYSE: ERJ/B3: EMBR3), líder global na indústria aeronáutica, e o Instituto de Aviação Łukasiewicz (ILOT), renomado instituto de pesquisa da Polônia, assinaram um acordo para trabalhar em conjunto no desenvolvimento de novas tecnologias como voo do futuro e materiais para aero-

O Memorando de Entendimento (MoU) foi assinado nesta terça-feira (11) em Varsóvia por Sylwester Wyka, Diretor Interino do Instituto de Aviação Łukasiewicz, e Francisco Gomes Neto, Presidente e CEO da Embraer. O ILOT e Embraer irao iniciar a cooperação concentrando esforços em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de materiais, tecnologias de voo do futuro, design aeronáutico e processos de manutenção do futuro.

"Este MoU marca o início de uma ponte tecnológica entre a Polônia e a América

do Sul. Por meio da colaboração com a Embraer, estamos combinando nossa expertise com uma líder global da indústria para o desenvolvimento conjunto de tecnologias de aviação e de materiais de última geração. Esta parceria não apenas fortalece a posição do Instituto de Aviação Łukasiewicz como um centro de pesquisa, mas também destaca a importância da engenharia e da ciência polonesas na formação de uma indústria aeroespacial mais segura, eficiente e sustentável," afirma Sylwester Wyka, PhD, diretor interino do Instituto de Aviação Łukasiewicz (Ilot).

"Este acordo com o Instituto de Aviação Łukasiewicz é parte fundamental do plano de aprofundar nosso engajamento de 25 anos com o ecossistema aeroespacial da Polônia. O Ilot é um instituto de pesquisa de renome mundial, com expertise em tecnologias essenciais e centrais na aviação do futuro. Estamos orgulhosos de nos tornarmos parceiros do Instituto e ansiosos pelos resultados que podemos alcançar trabalhando juntos," afirma Francisco Gomes Neto, presidente e CEO da Embraer.

#### Rede de Pesquisa

A Rede de Pesquisa do Instituto de Aviação Łukasiewicz (ILOT) é uma das mais modernas instituições de pesquisa da Europa, com uma tradição que remonta a 1926. O Instituto trabalha com Fabricantes de Equipamento Original (OEMs, na singla em inglês) globais da indústria aeroespacial, bem como com instituições da indústria espacial.

As áreas de pesquisa estra tégica do Instituto são tecnologias aeroespaciais e aeroespaciais não tripuladas. O Ilot também conduz pesquisas e fornece serviços para a indústria polonesa e internacional em materiais, compósitos, tecnologias incrementais, de sensoriamento remoto, energia e mineração.

### ANP lança Painel Dinâmico de Incidentes em Exploração e Produção

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) - está lançando esta semana o Painel Dinâmico de Incidentes em Exploração e Produção, que apresenta informações recebidas pela agência e que poderão ser divulgadas via essa ferramenta logo que ocorrem.

"O painel permite a consulta às informações sobre incidentes, com atualização diária. Antes da publicação da nova ferramenta, esses dados só podiam ser acessados em formato de dados abertos, com atualização semestral", destaca a ANP.

A resolução estabelece o procedimento para a comunicação de incidentes e o envio de relatórios de investigação

pelos operadores de contrato

de exploração e produção de petróleo e gás natural (E&P) e demais empresas autorizadas a exercer atividades reguladas pela ANP.

As informações do painel são de interesse para as empresas do segmento de E&P (exploração e produção), que contarão com dados mais detalhados sobre os incidentes ocorridos no país e poderão, assim, estimular uma cultura de prevenção nas instalações sob sua responsabilidade. O painel também permitirá a elaboração, pela academia, de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Dados disponíveis no Painel Dinâmico:

dentes em E&P;

- Resoluções da ANP relativas a comunicação de inci-

- Tipos de incidentes que devem ser comunicados à ANP: acidentes (eventos com danos ao meio ambiente ou à saúde humana, prejuízos materiais ao patrimônio próprio ou de terceiros ou interrupção das operações da instalação) e quase acidentes (eventos com potencial de dano) nos termos da Resolução ANP nº 822/2022;

- Total de incidentes comunicados anualmente à Agência;

- Detalhamento de dados referentes a incidentes no ambiente marítimo e no ter-

·- Alertas de segurança de

organismos internacionais divulgados pela ANP.

O painel também apresenta orientações para facilitar a navegação.